



REC

Regulamento Específico da Competição



REGULAMENTO ESPECIFICO DO CAMPEONATO ALAGOANO DE FUTEBOL SÉRIE B (SUB 23) – 2026

Dos Clubes Participantes

Art. 1º – O CAMPEONATO ALAGOANO DE FUTEBOL SÉRIE B (SUB 23) – 2026 terá a participação dos 6 (seis) clubes abaixo relacionados em ordem alfabética:

1. Associação Sportiva **SÃO DOMINGOS**
2. **DESPORTIVO ALIANÇA**
3. **JACIOBÁ** Atlético Clube
4. **MIGUELENSE** Futebol Clube
5. Sociedade Sportiva **SETE DE SETEMBRO**
6. **ZUMBI** Esporte Clube

Da Fórmula de Disputa

Art. 2º – A competição tem projeção de início em 04 (quatro) de abril e término previsto para 30 (trinta) de maio de 2026.

Art. 3º – O Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026 será disputado em três fases: Primeira Fase, Fase Semifinal e Fase Final.

Art. 4º – Na Primeira Fase, os 6 (seis) clubes jogam entre si, em partidas de ida, perfazendo o total de 5 (cinco) jogos para cada clube.

Parágrafo Único – Será aplicado o critério de melhor posicionamento na edição do ano anterior do Campeonato Alagoano Série B, para definir os 3 (três) clubes que serão mandantes em 3 (três) jogos, sendo os demais clubes mandantes em 2 (dois) jogos.

Art. 5º – Ao final da Primeira Fase, os clubes classificados nos quatro primeiros lugares estarão habilitados para a disputa da Fase Semifinal do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026.

§ 1º – Em caso de empate em pontos ganhos entre dois ou mais clubes, o desempate para efeito da classificação será efetuado observando-se os seguintes critérios:

- I – Maior número de vitórias;
- II – Maior saldo de gols;
- III – Maior número de gols marcados;
- IV – Confronto direto, somente na hipótese de ocorrer entre dois clubes, sem levar em consideração o gol qualificado fora de casa;

- V – Menor número de cartões vermelhos recebidos;
- VI – Menor número de cartões amarelos recebidos;
- VII – Sorteio.

§ 2º – Os clubes desclassificados na Primeira Fase ocuparão do 5º ao 6º lugar na classificação final do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, observando, caso necessário, os critérios de desempate do § 1º do Artigo 5º.

Art. 6º – Na Fase Semifinal, os clubes se enfrentam, em jogos de ida e volta, com mando de campo da segunda partida do clube com melhor campanha na Primeira Fase, classificando os vencedores do confronto para a Fase Final.

§ 1º – Os jogos da Fase Semifinal acontecerão de acordo com o seguinte chaveamento: **1ª melhor campanha na Primeira Fase x 4ª melhor campanha na Primeira Fase e 2ª melhor campanha na Primeira Fase x 3ª melhor campanha na Primeira Fase.**

§ 2º – Em caso de empate em pontos ganhos entre os dois clubes na Fase Semifinal, o desempate para efeito de classificação será efetuado observando os seguintes critérios abaixo:

- I – Maior saldo de gols nas duas partidas da Fase Semifinal;
- II – Cobrança de pênaltis de acordo com os critérios adotados pela **International Board**.

Art. 7º – Na Fase Final, os clubes vencedores do confronto Semifinal se enfrentarão em jogos de ida e volta, com mando de campo da segunda partida do clube com melhor campanha somadas todas as fases anteriores.

§ 1º – A expressão “**melhor campanha**” deve ser compreendida como o maior somatório de pontos ganhos obtidos pelo clube, e numa eventual persistência de igualdade em pontos ganhos, deverá ser aplicada a ordem de critérios estabelecida no artigo 5º, § 1º, deste regulamento.

§ 2º – Em caso de empate em pontos ganhos entre os dois clubes na Fase Final, o desempate para efeito de definir o campeão será efetuado observando os seguintes critérios abaixo:

- I – Maior saldo de gols nas duas partidas da Fase Final;
- II – Cobrança de pênaltis de acordo com os critérios adotados pela **International Board**.

§ 3º – O clube campeão do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026 estará qualificado para a disputa do Campeonato Alagoano de Futebol Série A - 2027.

Dos Jogos e Locais

Art. 8º – Todos os clubes mandantes deverão obrigatoriamente ter um local adequado e isolado em seus estádios para acomodar a Diretoria da associação visitante, com capacidade para até 10 (dez) pessoas e mais 10 (dez) ingressos de arquibancada.

Parágrafo Único – Caso os jogos sejam realizados com portões fechados, a FAF disciplinará os procedimentos, com lastro no Manual de Competições da CBF, limitando as Delegações em 50 (cinquenta) membros, todos com função específica indicada em relação prévia.

Art. 9º – Os locais das partidas serão definidos de acordo com a tabela elaborada pela Diretoria de Competições da FAF (DCO/FAF), a qual integra o presente Regulamento.

§ 1º – Terão o mando de campo das partidas os clubes posicionados à esquerda da tabela.

§ 2º – A indicação da praça esportiva deverá ser formalizada pelo clube mandante até o dia 13/03/2026, com a obrigatória apresentação dos laudos técnicos exigidos pela Lei Geral do Esporte e pela regulamentação da Portaria nº 55/2023 do Ministério do Esporte, bem como do Laudo da Comissão de Vistoria e Inspeção da FAF, sendo tais documentos indispensáveis para a liberação do estádio.

§ 3º – Caso o estádio indicado não seja aprovado ou não haja a apresentação integral dos laudos até a data prevista no § 2º, o clube deverá indicar outra praça esportiva apta, observando-se o prazo máximo de até 05 (cinco) dias antes do início da competição para a primeira rodada.

§ 4º – O não atendimento ao disposto nos parágrafos anteriores, seja pela ausência de indicação válida, seja pela inexistência de praça esportiva devidamente regularizada, acarretará a aplicação de **WO**, com o placar de 3x0 (três a zero) em favor do clube adversário, na forma do regulamento.

Art. 10 – A confirmação dos estádios indicados pelos clubes participantes ocorrerá até o dia 13/03/2026, data limite para a entrega à DCO/FAF de todos os laudos de vistoria e demais documentos exigidos pela Lei Geral do Esporte, pela Portaria nº 55/2023 do Ministério do Esporte e pelo Laudo da Comissão de Vistoria e Inspeção da FAF.

§ 1º – Não sendo aprovado o estádio originalmente indicado até a data estabelecida no caput, poderá a FAF determinar a utilização de estádio alternativo indicado pelo clube, desde que este atenda integralmente às exigências legais e regulamentares, observado o prazo de até 05 (cinco) dias antes do início da competição para definição da praça esportiva da primeira rodada.

§ 2º – Permanecendo a impossibilidade de utilização de estádio regularizado dentro dos prazos estabelecidos, será aplicado **WO**, com escore de 3x0 (três a zero), em prejuízo do clube mandante.

§ 3º – Os clubes declaram ter ciência de que todos os estádios a serem utilizados no Campeonato Alagoano de Futebol Profissional Série A – 2027 deverão possuir sistema de iluminação artificial apto à realização de partidas no período noturno, além de gramado com dimensões mínimas de **105m x 68m** (cento e cinco metros por sessenta e oito metros), atendendo às diretrizes técnicas relativas às condições de gramado, vestiários e cabines de transmissão.

Das Datas

Art. 11 – Quaisquer modificações na tabela somente poderão ocorrer se publicadas pela DCO/FAF em um prazo mínimo de 05 (cinco) dias, antes da data programada para a realização da partida e antes da nova data solicitada, devendo este prazo ser respeitado pelas clubes que desejarem solicitar alguma modificação.

Art. 12 – Os clubes e atletas profissionais não poderão, como regra geral, disputar partida sem observar o intervalo mínimo de 66 (sessenta e seis) horas, período que pode ser, excepcionalmente, reduzido para 48 (quarenta e oito) horas para fins de adequação de partidas e cumprimento de calendário.

Dos Horários dos Jogos

Art. 13 – Se em determinada rodada os resultados das partidas interessarem a terceiros, a FAF, ao entendimento do seu presidente, poderá publicar ato determinando que todas as partidas sejam realizadas no mesmo horário.

Da Condição dos Atletas

Art. 14 – Somente poderão participar do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, os atletas profissionais nascidos a partir do ano de 2003 que tenham seus contratos devidamente protocolados na Diretoria de Registro e Transferência da FAF (DRT/FAF), via sistema **GestãoWeb**, cujo nome conste publicado no BID da CBF até o último dia útil que anteceder cada partida de seu clube.

§ 1º – Os clubes disputantes desta competição terão que inscrever obrigatoriamente já para a disputa de seu jogo da primeira rodada, bem como, para as demais partidas do campeonato, no mínimo 11 (onze) atletas profissionais, cujos nomes devem estar regularmente publicados no BID da CBF, e em caso de eventual descumprimento o clube será punido conforme previsão do CBJD por inobservância de dispositivo do REC, além de estar eliminado da competição.

§ 2º – É obrigatório o uso da ferramenta de **pré-escala** do sistema **GestãoWeb** em todas as partidas, cujo descumprimento implicará em **WO**, com escore de 3x0 (três a zero), em favor do clube contrário.

§ 3º – A utilização da ferramenta de inscrição de atletas no campeonato, disponível no sistema **GestãoWeb**, será obrigatória, constituindo condição indispensável para que o atleta possa ser relacionado para os jogos por meio de sua inclusão na **pré-escala**. Cada clube poderá inscrever até 50 (cinquenta) atletas, respeitando o prazo final estabelecido no § 6º.

§ 4º – Por jogo, cada clube desta competição poderá incluir na relação dos 23 (vinte e três) atletas, entre titulares e reservas, devidamente registrados pelo BID da CBF, no máximo 05 (cinco) jogadores nascidos anterior ao ano de 2003.

§ 5º – Cada clube desta competição poderá colocar na relação dos 23 (vinte e três) atletas, entre titulares e reservas, devidamente registrados pelo BID da CBF, para cada partida, no máximo 07 (sete) atletas estrangeiros e qualquer número de atletas não profissionais com até 21 (vinte e um) anos incompletos de idade, desde que tenham 16 (dezesesseis) anos completos.

§ 6º – As inscrições de atletas na DRT/FAF para o Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026 serão encerradas até o último dia útil que anteceder cada partida do clube designada para a Fase Semifinal, data em que o nome do atleta deverá constar obrigatoriamente no BID da CBF.

§ 7º – Os atletas inscritos no DRT/FAF após o prazo referido no parágrafo anterior não terão condições de jogo para as demais partidas do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, salvo as renovações de contratos, prorrogações ou remoções de categorias dentro da mesma associação.

Art. 15 – O clube que incluir na relação atleta(s) que não esteja(m) devidamente registrado(s) na FAF e/ou sem condição de jogo ficará sujeito às penalidades aplicadas pelo TJD com base na Legislação Desportiva.

Art. 16 – Durante a realização de uma partida do campeonato, os clubes poderão efetuar até 05 (cinco) substituições indistintamente cada, observando-se até 3 (três) paradas durante o jogo, excluída do cômputo eventual alteração que ocorra no intervalo.

Art. 17 – Fica vedada ao atleta que disputar qualquer partida por um clube participante do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026 a transferência para outro clube que esteja disputando a mesma competição, com exceção do atleta que assinar a súmula na qualidade de substituto (regra III) e não participar dos jogos do campeonato, podendo transferir-se, uma única vez, com condição de jogo para outro clube disputante, desde que como substituto, não tenha sido penalizado no campeonato e sejam obedecidos os prazos estabelecidos no artigo 14, do presente Regulamento; bem como, na hipótese normativa prevista no artigo 31, §5º, da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

Das Penalidades e Dos Cartões

Art. 18 – Por determinação da FIFA e da CBF, os atletas cumprirão sempre a suspensão automática, após advertência do terceiro cartão amarelo ou do cartão vermelho.

§ 1º – Também, o membro de Comissão Técnica que for expulso do banco de reservas ficará automaticamente impedido de participar da partida subsequente, conforme Manual de Competições da CBF, independentemente do mérito e da data da decisão do julgamento da infração disciplinar pelo STJD.

§ 2º – Em caso de suspensão ou adiamento de partida, a mesma será marcada através de ato administrativo da FAF, devendo o jogador que estiver impedido de participar desta partida que vier a ser adiada, cumprir o impedimento na partida subsequente, não estando impedido por esse motivo de participar da partida adiada quando vier a ser realizada.

§ 3º – Os cartões serão zerados ao final da Primeira Fase, não eximindo os atletas de cumprimento da suspensão automática por expulsão ou acúmulo de três cartões amarelos em virtude de advertências aplicadas, inclusive na última rodada.

§ 4º – O controle de contagem de cartões amarelos e vermelhos recebidos por atletas, para efeito de condição de jogo em cada partida, será de exclusiva responsabilidade dos clubes disputantes do campeonato.

Dos Árbitros

Art. 19 – A arbitragem das partidas da competição ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Arbitragem da FAF (DA/FAF), que ocorrerá conforme dispõe a legislação vigente, sendo os árbitros designados, preferencialmente, pelo sistema de **“AUDIÊNCIA”** pública, com sua formatação definida pela DA/FAF, não sendo excluída a modalidade de sorteio.

§ 1º – A eventual reclamação contra quaisquer dos integrantes do quadro de arbitragem deverá obedecer aos procedimentos pertinentes e ser encaminhada a DA/FAF, com representação formal escrita e mídia com vídeo dos fatos reclamados, tendo a DA/FAF até 48 (quarenta e oito) horas para analisar os fatos, ficando a critério da DA/FAF, utilizar em 2026, a **“OUVIDORIA INDEPENDENTE”**, onde as representações poderão ser avaliadas por federações nordestinas vizinhas em até 72 (setenta e duas) horas.

§ 2º – Os clubes disputantes da competição terão o direito de solicitar à DA/FAF a designação de **“QUARTETOS”** de arbitragem à CBF, sendo estes exclusivamente do quadro da **“FIFA”**, desde que o façam de forma oficial até 03 (três) dias úteis antes da partida, em caso de partidas previstas para o fim de semana, e até 02 (dois) dias úteis, em caso de partidas previstas para o meio de semana, se responsabilizando por todas as despesas decorrentes da arbitragem solicitada, cujo pagamento terá que ser efetuado até o último dia anterior à realização da partida solicitada, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor das despesas devidas.

§ 3º – A critério da DA/FAF, as designações da arbitragem poderão ser por meio de **“INTERCÂMBIO”** entre Federações vizinhas do Nordeste, observando-se o interesse entre as comissões de arbitragem, a disponibilidade e a relevância do procedimento.

§ 4º – A FAF poderá utilizar a tecnologia do árbitro de vídeo – **“AV”** (VAR), desde que a DA/FAF apresente condições técnicas, materiais e autorização para utilização por meio da CBF e do **IFAB (International Board)**, o que poderá ser implementado no curso da competição ou apenas para os jogos das fases finais do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, inclusive a modalidade denominada **“VAR Light”**, que consiste numa versão simplificada da ferramenta.

Do Controle da Dopagem

Art. 20 – Qualquer atleta inscrito por clube participante do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, inclusive na condição de reserva, estará sujeito a exame de controle de dopagem, observadas as normas e procedimentos da legislação especial que rege a matéria.

Parágrafo Único – O atleta que se recusar à realização do controle de dopagem será excluído sumariamente da competição.

Art. 21 – O exame *antidoping* será custeado pelo clube que o solicitar, podendo, no entanto, haver o rateio das despesas entre os participantes do jogo, caso assim seja acordado de maneira formal, devendo o pagamento ser efetuado até o último dia anterior à realização da partida para a qual o exame seja solicitado.

Do Número de Atletas e Interrupção

Art. 22 – Nenhuma partida do referido certame poderá ser iniciada com menos de 07 (sete) atletas em qualquer um dos clubes disputantes, conforme normatização pertinente.

Art. 23 – Nesta hipótese, o árbitro deve aguardar por 30 (trinta) minutos, após o horário previsto para o início da partida, quando será declarado vencedor por **WO**, pelo escore de 3x0 (três a zero), o clube que estiver regularmente completo.

Art. 24 – Caso o fato ocorra com os dois clubes, ambos serão declarados perdedores pelo escore de 3x0 (três a zero).

Art. 25 – O fato acontecendo no transcurso da partida, a mesma será encerrada pelo árbitro, observados os prazos previstos, acarretando as seguintes consequências independentes das sanções cabíveis:

- I – se um clube houver dado causa à suspensão e era vencedor da partida será ele declarado perdedor pelo escore de 3 x 0 (três a zero);
- II – se um clube houver dado causa à suspensão e era perdedor, o adversário será declarado vencedor pelo placar de 3 x 0 (três a zero) ou pelo placar do momento da suspensão, prevalecendo o correspondente à maior diferença de gols;
- III – se a partida estiver empatada, o clube que houver dado causa à suspensão será declarado perdedor, pelo escore de 3 x 0 (três a zero);
- IV – se o clube que não deu causa à paralisação, em quaisquer das hipóteses descritas nos anteriores incisos I, II ou III, estiver dependendo de saldo de gols para obter classificação a fases ou competições seguintes, tal ocorrência será necessariamente encaminhada ao Tribunal de Justiça Desportiva.

Art. 26 – O clube que deixar de comparecer ao campo para disputar uma partida será considerado perdedor por **WO**, pelo escore de 3x0 (três a zero), independente das sanções previstas no CBJD.

Art. 27 – O clube que deixar de comparecer a 02 (dois) jogos do atual campeonato será automaticamente eliminado da disputa, independente das demais sanções previstas no CBJD, bem como, eliminado da próxima edição da competição.

Parágrafo Único – Na hipótese deste dispositivo, previsto no **caput**, será mantido um único placar de 3x0 (três a zero) em favor de todos os clubes adversários, caso o clube infrator não tenha disputado ao menos 4 (quatro) partidas da Primeira Fase da competição; e serão mantidos os placares de campo dos jogos realizados e o placar de 3x0 (três a zero) em favor dos clubes adversários de jogos futuros, caso o clube infrator já tenha disputado ao menos 4 (quatro) partidas da Primeira Fase da competição.

Art. 28 – Uma partida não iniciada só poderá ter o seu início postergado, e uma partida já em andamento só poderá ser interrompida, caso ocorra, pelo menos, um dos seguintes motivos:

- I – Falta de segurança;
- II – Mau estado do gramado, de modo que a partida se torne impraticável ou perigosa;
- III – Falta de iluminação adequada;
- IV – Ausência das condições médicas obrigatórias previstas;
- V – Atos graves nos deslocamentos das delegações dos clubes e da equipe de arbitragem que atrasem ou impeçam a chegada ao estádio;
- VI – Conflitos ou distúrbios graves no campo ou no estádio;
- VII – Procedimentos contrários à disciplina por parte dos componentes dos clubes ou de suas torcidas, incluindo o uso de lasers e/ou sinalizadores;
- VIII – Fato extraordinário que represente uma situação de comoção incompatível com a realização ou continuidade da partida.
- IX – atos ou cânticos racistas, homofóbicos, sexistas, xenofóbicos por parte de atletas, torcedores, membros da comissão técnica e dirigentes.

§ 1º – Nas hipóteses previstas neste artigo, o árbitro aguardará o prazo de até trinta (30) minutos, prorrogáveis, excepcionalmente, por até mais 30 (trinta) minutos, somente em estádios que tenham sistema de iluminação que permitam o normal desenrolar do jogo, para dar início ou prosseguimento à partida, se cessado o motivo impeditivo. Caso contrário, o árbitro poderá adiar, suspender ou encerrar antecipadamente a partida, caso entenda que o motivo impeditivo não poderá ser sanado.

§ 2º – O árbitro poderá, a seu critério, suspender a partida mesmo que o chefe do policiamento ofereça garantias, nas situações previstas nos incisos I, V, VI e VII deste artigo.

§ 3º – Na hipótese do inciso IV, o clube mandante tem a responsabilidade pela tomada de providências para a presença de ambulância com equipamentos indisponíveis de socorro, inclusive o desfibrilador, e de médico, sendo declarado perdedor por **WO**, pelo escore de 3x0 (três a zero), em caso de ausência do equipamento e/ou do profissional.

§ 4º – Será aplicado, integralmente, o Protocolo Anti-Racismo previsto no Manual de Competições da CBF.

§ 5º – As partidas não iniciadas e as que forem suspensas até os 30 (trinta) minutos do segundo tempo, por quaisquer dos motivos identificados no **caput**, serão complementadas em data e local determinado pela FAF, reiniciada no minuto em que houve a interrupção e com o placar de momento, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao adiamento ou à suspensão da partida, observando-se nesta hipótese o Manual de Competições da CBF.

§ 6º – Quando ocorrer complementação de partida, o torcedor terá acesso ao estádio desde que apresente o comprovante do seu ingresso original usado para assistir à partida inconclusa.

§ 7º – As partidas que forem interrompidas após os 30 (trinta) minutos do segundo tempo serão consideradas encerradas, prevalecendo o placar daquele momento, desde que nenhum dos clubes tenha dado causa ao encerramento.

Da Ordem e da Segurança das Partidas

Art. 29 – Compete ao árbitro, aos árbitros assistentes, árbitro reserva e Delegado da partida, cumprir e fazer cumprir as determinações quanto à limitação de pessoas nos arredores do campo de jogo, permitindo o acesso, quando ainda não iniciada a partida, exclusivamente à imprensa credenciada, cujos integrantes estejam identificados por colete, braçadeira, crachá, jaleco ou outra identificação, seguindo protocolo determinado pela DCO/FAF.

Art. 30 – Durante as partidas somente os atletas, árbitros e Delegado, poderão permanecer dentro do campo de jogo, sendo proibida a entrada de dirigentes, repórteres ou qualquer outra pessoa, seguindo-se o disposto nos Protocolos de Imprensa e Acesso ao Campo de Jogo da FAF e da CBF, que passam a ser documentos integrantes do presente regulamento.

Art. 31 – Compete ao árbitro, aos árbitros assistentes, árbitro reserva e Delegado da partida, ainda em relação à normalidade das competições:

I - Providenciar para que antes da hora marcada para o início da partida, todas as pessoas credenciadas estejam nos locais reservados para sua permanência;

II - Providenciar para que os clubes coloquem na porta de seus vestiários 60 (sessenta) minutos antes do início de cada partida a sua escalação;

III - Serão permitidos no banco de reservas de cada clube, além do máximo permitido de 12 (doze) atletas suplentes, mais 8 (oito) pessoas componentes da comissão técnica de cada um dos clubes, que deverão ter uma função específica, a saber, um treinador, dois assistentes técnicos do treinador, um preparador físico, um médico, um fisioterapeuta, um massagista e um treinador de goleiros, sendo vedada a presença de dirigentes no banco de reservas, mesmo que queiram usar qualquer uma das funções técnicas anteriormente mencionadas.

IV - Não iniciar as partidas se não forem rigorosamente cumpridas as disposições contidas no presente regulamento.

Art. 32 – Fica proibida a presença de quaisquer dirigentes ou qualquer outra pessoa estranha à disputa no banco de reservas e/ou nos arredores do campo de jogo.

Parágrafo Único – O árbitro, os árbitros assistentes, o árbitro reserva e Delegado da partida que, eventualmente, não cumprirem o disposto nesse artigo, ficam preventivamente suspensos pelo prazo de 30 (trinta) dias, independente da punição que venha a ser tomada pela Comissão Estadual de Arbitragem da FAF.

Art. 33 – A agressão física tentada ou consumada ao árbitro, aos árbitros assistentes e árbitro reserva, dirigentes, atletas, Delegado da partida e empregados do clube visitante, antes, durante e após a partida, ou qualquer ocorrência que der causa à suspensão ou interrupção da partida por mais de 10 (dez) minutos, implicará no remanejamento da tabela da competição, para efeito da perda do mando de campo por 01 (uma) partida do clube mandante, a ser aplicada pela DCO/FAF.

Parágrafo Único – Se os fatos mencionados neste artigo forem imputáveis ao clube visitante, estará sujeita às mesmas sanções previstas no **caput**.

Art. 34 – Caso o árbitro da partida relate em súmula que houve falta de bola ou retardamento da partida em função do trabalho dos gandulas, maqueiros, dirigentes ou integrantes da comissão técnica, o clube que causou o fato será advertido com uma multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e em caso de reincidência, o clube sofrerá multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e/ou a perda do mando de campo.

Parágrafo Único – Caso ocorra condenação por tais fatos do clube na Justiça Desportiva que implique em pena de multa, não haverá cumulação das multas, prevalecendo a punição do TJD e/ou STJD; havendo absolvição do clube na Justiça Desportiva, não se aplica a penalidade prevista no **caput**.

Art. 35 – Nos jogos das Fases Semifinal e Final da competição, além de outros que por sua importância se julgue necessário, a DCO/FAF poderá indicar os gandulas e maqueiros das referidas partidas.

Art. 36 – A FAF colocará 02 (duas) bolas novas para cada partida, ficando o clube mandante com a responsabilidade de colocar 05 (cinco) bolas à disposição da Federação no jogo, que serão entregues ao 4º árbitro até 1 (uma) hora antes do início da partida.

Das Disposições Financeiras

Art. 37 – Os clubes elegem a empresa a ser conveniada como responsável pela confecção e comercialização dos ingressos, conforme contrato de prestação de serviços firmado para tal fim com a Federação Alagoana de Futebol, com a anuência de todos os clubes participantes, ressalvada a hipótese do clube que já tenha contrato firmado e em vigor com o mesmo objeto, estando desobrigado do mandamento do presente dispositivo.

§ 1º – A solicitação da quantidade e a especificação do tipo de ingresso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, são de responsabilidade das clubes disputantes e deverão ser encaminhadas à FAF através de ofício, para o Departamento Financeiro da FAF, com retirada dos ingressos na tesouraria da entidade.

§ 2º – Os preços dos ingressos ficam assim definidos:

Arquibancadas:

Preço Mínimo R\$ 10,00 (dez reais);

Preço Máximo R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Cadeiras:

Preço Mínimo R\$ 20,00 (vinte reais);

Preço Máximo R\$ 100,00 (cem reais).

§ 3º – Nenhum tipo de ingresso poderá ser inferior ao estabelecido acima, exceto a meia-entrada para estudante e idoso no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) para a arquibancada e R\$ 10,00 (dez reais) para a cadeira.

§ 4º – Não será permitida a realização de nenhum tipo de promoção relativa ao preço de ingresso referente ao valor mínimo definido no § 2º deste artigo.

§ 5º – Na hipótese de infração ao estabelecido no dispositivo anterior, o clube infrator responderá perante o Boletim Financeiro (borderô) da partida, pela complementação dos valores correspondentes à diferença verificada, independentemente das sanções oriundas de processo junto ao TJD.

§ 6º – O clube visitante terá o direito de adquirir antecipadamente a quantidade máxima de ingressos correspondente a 10% (dez por cento) da capacidade do estádio, desde que se manifeste até 02 (dois) dias úteis antes da realização da partida.

§ 7º – Os sócios dos clubes participantes das competições pagarão ingressos em todas as partidas, cujo valor mínimo equivalerá a 50% (cinquenta por cento) do menor preço previsto no § 3º, o que deverá constar no borderô da partida, respondendo o clube que não realizar tais lançamentos pela complementação dos valores correspondentes à diferença verificada, independentemente das sanções oriundas de processo junto ao TJD.

§ 8º – Os clubes cederão a título gratuito à FAF a quantidade de 20 (vinte) ingressos, entre arquibancadas e cadeiras, a ser definido conforme conveniência da partida.

Art. 38 – Somente a FAF poderá autorizar a colocação de placas de publicidade estática, tapetes e de qualquer outra modalidade de material de **"merchandising"** nos estádios, cabendo aos mandantes dos jogos a responsabilidade pelo cumprimento desta obrigação, inclusive supressão de publicidade irregular, sob pena de interdição do estádio e perda de mando, além das multas contratuais.

Art. 39 – A renda bruta das partidas, depois de deduzidos os devidos tributos de ordem legal, dentre os quais se incluem os recolhimentos previdenciários em favor do INSS, sofrerá as seguintes deduções:

- a) Aluguel de campo;
- b) Despesas administrativas da Federação local, necessariamente justificadas e comprovadas;
- c) Seguro de Público presente;
- d) Tributos de forma geral, incluindo impostos e taxas locais;
- e) Despesas com pessoal em serviço do jogo (quadro móvel), necessariamente justificadas e comprovadas;

- f) Valor referente ao Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em favor dos componentes da arbitragem de cada partida, cujo pagamento será de responsabilidade da Federação Alagoana de Futebol;
- g) Taxa da Federação correspondente a 8% (oito por cento) da renda bruta;
- h) Custo dos materiais e despesas relativos ao exame antidoping, que deverá ser pago no ato da solicitação;
- i) Remuneração dos árbitros e de seus auxiliares mediante dedução da renda bruta de cada partida, conforme tabela oficial anexa ao regulamento após os descontos legais, cujo pagamento será de responsabilidade da Federação Alagoana de Futebol;
- j) Despesas relativas a transporte, hospedagem e alimentação dos árbitros;
- k) Percentual de 2% (dois por cento) a incidir sobre a renda líquida destinado à Associação dos Cronistas Desportivos do Estado de Alagoas.

Parágrafo Único – As importâncias a que se refere este artigo deverão ser recolhidas à Tesouraria da FAF no intervalo de cada partida, juntamente com os respectivos borderôs.

Disposições Gerais

Art. 40 – Em nenhuma hipótese, será permitida a inversão do mando de campo, restando ao clube que, por qualquer motivo, estiver impossibilitada da utilização do seu campo, realizar a partida em novo local a ser determinado pela FAF, através de ato administrativo, vedada terminantemente a realização da partida no campo, tampouco na cidade do adversário, ressalvada a situação de exercício do mando de campo habitual indicado em ofício dirigido à DCO/FAF antes do início da competição.

Art. 41 – O Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026 será regido pelo sistema de pontos ganhos, observando-se os seguintes critérios:

- I – por vitória, 03 (três) pontos;
- II – por empate, 01 (um) ponto.

Art. 42 – Ficam fazendo parte integrante deste regulamento, como se nele estivessem integralmente transcritos, os seguintes instrumentos:

- a) Manual de Competições organizadas pela CBF;
- b) Resoluções da Diretoria da FAF;
- c) Decisões do Conselho Arbitral do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026, devidamente registradas em ata;
- d) Tabela de jogos do Campeonato Alagoano de Futebol Série B (Sub 23) – 2026;
- e) Tabela de Taxas de Arbitragem;
- f) Tabela de Taxas do Pessoal do Apoio Administrativo;
- g) Tabela de Taxas de Deslocamento;
- h) Tabela de Taxas de Estádios;
- i) Regulamento Específico da Arbitragem de Alagoas;
- j) Outros documentos a que se tenha feito referência expressa no corpo deste Regulamento.

Art. 43 – Caso um clube solicite afastamento do campeonato após a realização do Conselho Arbitral ou seja impedido de participar por descumprimento deste regulamento, o mesmo será eliminado da competição e sujeito à pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será aplicada inclusive nas hipóteses de eliminação pelo disposto nos artigos 14, § 1º e 27.

Parágrafo Único – Ocorrendo a hipótese de afastamento voluntário ou por decisão judicial durante a competição, será aplicado o disposto no artigo 27, parágrafo único, se de outra forma não for determinado por juízo competente.

Art. 44 – A interpretação deste regulamento e os casos omissos serão resolvidos pela DCO/FAF.

Art. 45 – A FAF detém todos os direitos do campeonato, podendo dispor dos mesmos da forma como melhor lhe convier.

Parágrafo Único – De acordo com os regulamentos da FIFA e CBF, fica vedada qualquer publicidade e/ou promoção pessoal de cunho político, envolvendo a exposição de agentes públicos e/ou agentes políticos, seja no uniforme ou qualquer outro meio, em que seja pretenda dar visibilidade através desta competição.

Art. 46 – Será de responsabilidade do clube mandante a execução do Hino Nacional Brasileiro, antes do início de cada partida, de acordo com a Lei Federal 13.413/16 e Lei Estadual 6.880/07, o que será dispensado em caso de jogos sem público.

Maceió/AL, 25 de Fevereiro de 2026.



Felipe Omena Feijó
Presidente



José Eurico Beltrão Coelho da Paz Júnior
Vice-Presidente



Luciano Sampaio Valões da Rocha
Secretário Geral



Bruno Rosell
Diretor de Competições e Desenvolvimento



Carlos Guido Ferrario Lôbo Neto
Diretor de Registro e Transferência



George Alves Feitoza
Diretor de Arbitragem